Cadernos Zygmunt Bauman
ISSN 2236-4099

A IMPOSSIBILIDADE DO DESEJO ABSOLUTO:
Sade, modernidade pornográfica e a crise da mediação

Wellington Lima Amorim[1]
Franciela de Fátima Procópio Silva[2]

RESUMO: Este ensaio investiga a relação entre a liberdade sadeana, a estrutura do desejo e os regimes contemporâneos de exposição, sustentando que a modernidade não realiza o desejo absoluto de Sade, mas transforma sua impossibilidade em mecanismo de reprodução. A partir de uma leitura filosófica de Sade, o texto examina a contradição de uma liberdade que, ao pretender eliminar todos os limites, converte a alteridade em objeto de domínio e destrói as condições de sua própria satisfação. Essa estrutura é deslocada para a modernidade tardia, na qual a exposição permanente, a performance de si e a exigência de reconhecimento submetem o sujeito a uma dinâmica de autoexploração. Nesse contexto, a noção de modernidade pornográfica designa uma forma social marcada pela redução da distância, da opacidade e da demora em favor da disponibilidade imediata. O ensaio argumenta, contudo, que a crítica da exposição total não pode se converter em defesa indiscriminada do segredo ou da invisibilidade, pois a justiça também exige tornar visíveis as formas de violência e dominação. A liberdade é, assim, reconsiderada a partir da reciprocidade e da preservação da alteridade, sem que o conflito entre exposição e ausência seja definitivamente resolvido.

Palavras-chave: Sade; desejo absoluto; modernidade pornográfica; exposição; alteridade.

ABSTRACT: This essay investigates the relationship between Sadean freedom, the structure of desire, and contemporary regimes of exposure. It argues that modernity does not fulfill Sade's absolute desire but transforms its impossibility into a mechanism of reproduction. Through a philosophical reading of Sade, the essay examines the contradiction of a freedom that, in seeking to eliminate every limit, turns alterity into an object of domination and destroys the very conditions of its own satisfaction. This structure is then situated within late modernity, where permanent exposure, self-performance, and the demand for recognition subject individuals to a dynamic of self-exploitation. In this context, the notion of pornographic modernity designates a social form characterized by the reduction of distance, opacity, and delay in favor of immediate availability. The essay nevertheless argues that a critique of total exposure cannot become an indiscriminate defense of secrecy or invisibility, since justice also requires making violence and domination visible. Freedom is therefore reconsidered through the notions of reciprocity and the preservation of alterity, without definitively resolving the tension between exposure and absence.

1 Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: wellington.amorim@gmail.com
2 Psicóloga Clínica. Universidade Federal São João Del Rei. E-mail: fran8485psi@gmail.com

Keywords: Sade; absolute desire; pornographic modernity; exposure; alterity.

INTRODUÇÃO

A modernidade não realiza o desejo absoluto de Sade; mas transforma a impossibilidade de realizá-lo em mecanismo de reprodução. A satisfação ilimitada, quando convertida em obrigação, deixa de ser promessa de liberdade e passa a funcionar como comando: ***desejar, mostrar, consumir mais, superar a própria imagem.*** O desejo não encontra repouso porque sua suposta emancipação depende da eliminação de tudo aquilo que poderia interrompê-lo. O outro, nesse circuito, não aparece como presença irredutível, mas como ocasião de desempenho. A liberdade que pretendia libertar o desejo termina por submetê-lo à repetição. Essa tese exige uma leitura de Sade que não o reduza nem a um escândalo literário nem a um precursor anacrônico das plataformas digitais. O problema sadeano é mais radical: ***o que acontece quando a liberdade se pensa como poder de dispor integralmente do corpo alheio?*** O libertino não quer apenas prazer; mas deseja que o prazer não encontre obstáculo e a vontade do outro não imponha uma fronteira, a relação seja convertida em domínio. O corpo deixa de ser interlocutor e torna-se matéria disponível. A violência não é um acidente exterior à liberdade absoluta, mas sua consequência lógica quando a liberdade é definida como ausência de qualquer limite que não seja a própria potência.

A cena contemporânea parece distante dos espaços fechados, arquiteturas de crueldade e os discursos sistemáticos que povoam Sade. No entanto, a distância histórica não impede uma aproximação estrutural. A exposição permanente, a performance de si, exigência de disponibilidade e a transformação da atenção em recurso negociável repetem, sob formas distintas, a tentativa de abolir a resistência do mundo. Não se trata de afirmar que a sociedade atual é sadiana no sentido literal, muito menos equiparar a violência sexual à circulação de imagens. Trata-se de reconhecer uma afinidade de forma: ***em ambos os casos, o desejo é organizado pela fantasia de que a alteridade pode ser reduzida a objeto de uso.*** O argumento será construído a partir de quatro deslocamentos. Primeiro, Sade será lido como

limite interno da liberdade moderna, não como seu simples inimigo. Em seguida, a satisfação ilimitada será confrontada com a estrutura temporal do desejo: ***aquilo que pretende abolir a falta depende dela para continuar.*** Depois, a lógica de domínio será deslocada para a performance contemporânea, em que o sujeito não apenas expõe o outro, mas se oferece a si mesmo como objeto de avaliação. Por fim, a ausência será pensada não como refúgio puro, mas como intervalo frágil que pode interromper a captura. O ensaio não procura reconciliar essas forças, mas mostrar que a liberdade só começa a se tornar pensável quando deixa de confundir potência com disponibilidade total.

1. SADE: a liberdade como disposição

O libertino sadeano não se satisfaz com a transgressão de uma norma particular. Ele quer instituir uma ordem na qual a transgressão não encontre mais exterior. A regra que o incomoda não é apenas a moral vigente, mas a própria existência de uma regra que possa contrariar seu movimento. Por isso, a liberdade aparece como poder de dispor do corpo, tempo, vontade e até da resistência do outro. A singularidade alheia só é reconhecida quando pode ser incorporada ao cálculo do prazer. O outro é admitido, mas sob a condição de deixar de ser outro. A racionalidade do libertino é decisiva. Sua crueldade não se apresenta como explosão irracional, mas como argumento. A natureza é convocada para legitimar o que a convenção proíbe; a necessidade é mobilizada para dissolver a culpa e a universalidade da paixão é usada para desautorizar a particularidade da vítima. A violência procura falar a língua da razão. O que se revela, então, não é simplesmente a oposição entre razão e desejo, mas a possibilidade de uma razão que se torna instrumento de uma vontade incapaz de reconhecer limites que não sejam os seus próprios: *"Só me arrependo de não ter reconhecido o bastante sua onipotência"* (SADE, 2001, p. 3).

Essa racionalização contém uma contradição. O libertino necessita do outro como condição do prazer, mas não pode admitir que o outro tenha uma finalidade própria. Precisa de uma resistência para que o domínio tenha intensidade e, simultaneamente, deseja abolir a resistência para que o domínio seja absoluto. Se o outro cede inteiramente, desaparece a

diferença que alimentava a cena; se resiste, a liberdade do libertino encontra um limite que não pode tolerar. A satisfação perfeita é, portanto, impossível não por uma deficiência circunstancial, mas porque depende da destruição daquilo que a torna possível. A figura sadeana permite formular uma suspeita sobre a liberdade moderna: ***talvez a vontade de emancipar o indivíduo de toda tutela possa, quando desligada da reciprocidade, produzir uma nova forma de sujeição.*** O problema não está em desejar autonomia, mas em imaginar que autonomia significa não dever nada a ninguém, responder por ninguém ou encontrar no corpo alheio uma fronteira. A liberdade torna-se unilateral. Seu sujeito é soberano apenas porque alguém foi privado da possibilidade de sê-lo: "Tu edificas, inventas, multiplicas; eu destruo, simplifico" (SADE, 2001, p. 5).

Há, contudo, um risco interpretativo a evitar. Sade não deve ser convertido em ilustração conveniente de uma teoria contemporânea já pronta. Sua escrita possui uma densidade histórica, política e literária que não se deixa esgotar por uma analogia com a cultura digital. O que interessa aqui é seu poder de expor uma contradição: ***a liberdade que exige disponibilidade integral do mundo não pode conviver com a existência de sujeitos livres. Essa contradição não pertence exclusivamente ao século XVIII.*** Ela persiste onde a autonomia é medida pela capacidade de consumir, acessar, penetrar, avaliar ou tornar visível tudo o que existe.

1.1. A falta que o absoluto não consegue eliminar

O desejo não é uma vontade que se dirige a um objeto plenamente definido e termina quando o obtém. A experiência ordinária já desmente essa imagem. O objeto desejado pode ser alcançado e, ainda assim, a satisfação não coincide com a promessa que o precedeu. Não é necessário transformar essa observação em uma psicologia universal para perceber sua consequência filosófica: ***a falta não é apenas um defeito provisório que a satisfação corrigiria.*** Ela participa da constituição do desejo. A falta é tratada como falha a ser eliminada, o desejo passa a exigir uma sucessão de objetos que mantenham aberta a promessa de completude. A fantasia sadeana do prazer absoluto tenta encerrar essa abertura. Ela

imagina que a multiplicação dos atos e a eliminação dos limites poderão produzir uma satisfação sem resto. Mas o absoluto, nesse caso, é uma máquina de recomeçar: *"É perfeitamente impossível crer no que não se compreende"* (SADE, 2001, p. 5). Cada satisfação perde a força assim que se realiza; limite abolido revela outro; corpo consumido exige uma nova diferença para que o prazer não se torne indiferente. A repetição não é um desvio do projeto, mas a forma que assume quando sua promessa não pode ser cumprida: *"Esta alma, meu amigo, é o que a natureza desejou que fosse" (SADE, 2001, p. 6).*

A modernidade tardia radicaliza essa estrutura ao deslocar a falta para o interior do sujeito como insuficiência de desempenho. Não basta desejar, viver uma experiência, uma meta; mas é preciso demonstrar que se deseja e torná-la comunicável, mensurável e visível convertendo o resultado em sinal de que se pode alcançar a próxima. O sujeito não é apenas impedido de descansar. Aprende a interpretar o descanso como perda de valor. A promessa de satisfação transforma-se, assim, em obrigação de insatisfação. O sistema precisa que o indivíduo sinta que ainda não chegou, não é suficiente, mesmo quando chegou, se mostra; mas ainda precisa de outra experiência, imagem, confirmação, reconhecimento. A ausência não desaparece, mas administrada como déficit. Em vez de abrir o desejo para o que não se controla, ela é convertida em combustível para a circulação.

É nesse ponto que a tese inicial precisa ser tensionada. Se a modernidade reproduz a impossibilidade sadeana, não o faz simplesmente porque todos se tornaram libertinos ou o prazer contemporâneo seria intrinsecamente perverso. A continuidade está no mecanismo, não na identidade dos atos. O libertino procura dominar o outro para tornar o prazer absoluto; o sujeito contemporâneo é convocado a dominar a própria imagem, a própria atenção e a própria disponibilidade para permanecer competitivo e desejável. A violência pode tornar-se menos espetacular e mais difusa. Isso não a torna automaticamente menor.

1.2. DA CRUELDADE À PERFORMANCE: o sujeito como espetáculo

A performance contemporânea introduz uma mudança decisiva. O sujeito não é apenas aquele que deseja e consome; mas também aquilo que deve ser exibido. A imagem de si passa

a funcionar como prova pública de existência. A intimidade, antes protegida por zonas de silêncio e por relações que não precisavam de testemunhas, é pressionada a produzir sinais. O amor, desejo deve parecer amor, desejo e a vida deve fornecer evidências de que está sendo vivida. A experiência corre o risco de se tornar subordinada à sua representação. Essa transformação não pode ser explicada apenas por uma suposta decadência moral dos indivíduos. A performance é uma forma social. Ela organiza expectativas, distribui reconhecimento e estabelece padrões de legibilidade. O sujeito é livre para construir a própria imagem, mas essa liberdade opera dentro de uma gramática de visibilidade que o precede. Ele escolhe como se mostrar, desde que continue mostrando-se. A coerção não precisa assumir a forma de uma ordem externa: ***basta que a ausência de exposição seja percebida como desaparecimento.***

No campo erótico, a performance pode converter a relação em prova. O corpo deixa de ser somente lugar de encontro e passa a ser superfície de comparação. A experiência é avaliada por sua capacidade de corresponder a roteiros, produzir intensidade e confirmar uma imagem de potência. O outro é convocado a validar o desempenho. A reciprocidade cede espaço à audiência, e a intimidade torna-se vulnerável à lógica do espetáculo. O problema não é a explicitação sexual em si, nem a liberdade de representar o próprio corpo. É a captura da relação por um imperativo que transforma a exposição em condição de valor. A figura do libertino reaparece, então, deslocada. O sujeito contemporâneo pode não desejar a submissão física do outro, mas é treinado a tratar a atenção alheia como recurso. O reconhecimento é solicitado, quantificado e comparado. A alteridade vale na medida em que confirma a imagem de quem se expõe. A cena já não exige necessariamente um senhor e uma vítima identificáveis; pode distribuir seus papéis entre sujeitos que, simultaneamente, observam e são observados, avaliam e são avaliados. O domínio torna-se circular.

A consequência é paradoxal. O sujeito que se oferece voluntariamente à visibilidade parece exercer soberania, mas sua exposição pode ser uma forma de autoexploração. Ele trabalha para produzir a própria presença, administra seus afetos como conteúdo e transforma a vida em material de circulação. A liberdade não desaparece; mas reorganizada como obrigação de iniciativa. O indivíduo é chamado a ser autor de si, enquanto os critérios

de valor que orientam essa autoria permanecem socialmente fabricados. É importante não confundir essa análise com uma condenação indistinta das redes, da tecnologia ou da expressão pública. A visibilidade pode tornar injustiças perceptíveis, construir solidariedades e permitir que sujeitos historicamente silenciados reivindiquem presença. A exposição não é sempre dominação, assim como a ausência não é sempre liberdade. A questão é quem controla as condições de aparecer, quem pode retirar-se sem desaparecer socialmente e quem é obrigado a tornar sua experiência legível para obter reconhecimento ou proteção.

2. A MODERNIDADE PORNOGRÁFICA COMO FORMA SOCIAL

Chamar a modernidade de pornográfica não significa afirmar que toda experiência contemporânea seja sexualizada ou que a pornografia, como gênero, explique por si só a sociedade. O conceito designa uma forma de exposição na qual a distância, opacidade, tende a ser tratada como obstáculo, defeito e a demora como desperdício. O mundo deve estar disponível, sem intervalo, para a visualização, o acesso e o consumo. A pornografia, nesse sentido estrutural, não é um conteúdo particular, mas é a fantasia de que a presença pode ser integralmente oferecida e processada. A exposição total promete conhecimento, mas pode produzir apenas disponibilidade. Ver não é necessariamente compreender. A imagem pode eliminar a distância física e, ao mesmo tempo, impedir a aproximação. Quando tudo se apresenta como imediatamente acessível, toda experiência é convertida em informação, o olhar perde a ocasião de permanecer e o pensamento é pressionado a responder antes de escutar. A saturação não amplia automaticamente o mundo. Pode estreitá-lo ao que é reconhecível, rápido e consumível.

A lógica pornográfica se articula à aceleração. A experiência é fragmentada em unidades que competem pela atenção; cada estímulo, pausa, precisa superar o anterior e aparece como falha de conexão. O sujeito não se encontra simplesmente distraído, mas é colocado em uma posição reativa, na qual a atenção se desloca conforme a exigência de novidade. O intervalo, que permitiria relacionar, comparar e elaborar, é corroído. O mundo chega em excesso, mas a experiência não necessariamente se aprofunda. A atenção, nessa perspectiva, não é apenas

uma capacidade cognitiva individual a ser protegida por técnicas de produtividade, mas é uma condição de relação. Prestar atenção implica aceitar que algo não se esgota no instante em que aparece; mas permitir que o objeto resista à pressa de ser classificado. A atenção requer uma espécie de disponibilidade que não coincide com a prontidão para responder. Há uma diferença entre estar conectado a tudo e estar presente a alguma coisa. A modernidade pornográfica transforma essa diferença em conflito político e existencial. Se a atenção é capturada por sistemas de circulação, o sujeito perde parte da capacidade de decidir o que merece sua demora. Se a exposição se torna norma, a retirada pode ser interpretada como recusa, suspeita ou irrelevância. O problema não é apenas o excesso de imagens, mas a redução das condições em que uma experiência pode deixar de ser imagem e tornar-se relação.

2.1. A atenção, a ausência e a possibilidade de escuta

A ausência precisa ser compreendida com cuidado. Ela não é simplesmente o contrário da presença, nem uma região pura situada fora da modernidade. Uma ausência pode ser abandono, exclusão, silêncio imposto ou apagamento. Há pessoas cuja invisibilidade não constitui resistência, mas injustiça. Por isso, defender a ausência como condição de atenção não pode significar romantizar o desaparecimento nem pedir aos sujeitos vulneráveis que se retirem do espaço público. O intervalo só tem força crítica quando não é imposto como privação de voz. A ausência que interessa ao argumento é outra: ***a impossibilidade de reduzir o outro àquilo que se mostra.*** Ela preserva uma distância dentro da relação, um resto que não pode ser apropriado sem que a relação se destrua. O outro não precisa revelar tudo para ser real; mas precisa corresponder integralmente à imagem que dele construímos para merecer consideração. A ausência funciona como limite à pretensão de domínio e não impede o encontro, mas que seja confundido com posse.

Essa concepção desloca o sentido da atenção. Escutar não é aguardar a vez de falar, nem recolher dados sobre o interlocutor. É permitir que a fala altere o campo de compreensão de quem escuta, exigindo que o sujeito suspenda, ainda que provisoriamente, a soberania de

suas categorias. Nesse sentido, a atenção é uma prática de descentramento que interrompe a lógica segundo a qual o mundo só tem valor quando confirma o eu. A aproximação entre ausência e atenção, porém, não resolve o problema. Ela pode tornar-se uma nova estética da pureza, celebração do silêncio que ignora as relações de poder responsáveis por distribuir quem pode falar e quem deve calar. O intervalo não é emancipador por si mesmo. Pode proteger a alteridade, mas também encobrir a violência. A ausência precisa ser interrogada por sua origem: ***foi escolhida, negociada, imposta? Quem se beneficia dela? Quem paga o preço de não aparecer?***

A consequência não antecipada é que a crítica da exposição total não pode defender simplesmente menos visibilidade. Em certos contextos, a justiça exige tornar visível aquilo que foi ocultado: ***violência doméstica, discriminação, exploração, o abuso de poder.*** A crítica precisa distinguir a exposição que denuncia uma assimetria da exposição que transforma a vida em mercadoria. Não basta opor transparência e opacidade. É necessário perguntar por suas condições, seus destinatários e seus efeitos. A ausência, portanto, não oferece uma saída pronta. Ela designa uma exigência: ***preservar a possibilidade de que a relação não seja inteiramente governada pela captura.*** O que deve permanecer ausente não é a vítima da injustiça, mas a pretensão de que o outro possa ser conhecido, utilizado e encerrado em uma imagem definitiva. O intervalo não é uma solução; mas condição precária para que a solução não se converta em novo domínio.

2.2. A interdisciplinaridade como fricção, não como conciliação

A articulação entre filosofia, psicanálise, crítica cultural e estudos da atenção não deve ser entendida como reunião pacífica de disciplinas que se complementam. A interdisciplinaridade torna-se filosoficamente produtiva quando cada campo perturba a evidência do outro. A análise social pode mostrar que o sofrimento não se reduz a uma falha individual; a psicanálise pode impedir que a estrutura seja imaginada como mecanismo sem desejo; a filosofia pode interrogar as categorias que tornam os dados inteligíveis; a pesquisa empírica pode limitar a tentação de transformar uma hipótese conceitual em explicação

universal. A fricção é indispensável porque este ensaio trabalha com níveis distintos de afirmação. A tese sobre a modernidade pornográfica é uma interpretação filosófica da forma social; não equivale, por si só, a uma conclusão causal sobre efeitos clínicos do consumo de pornografia. Correlações empíricas podem indicar associações entre determinadas práticas e resultados relacionais ou psíquicos, mas não autorizam automaticamente generalizações sobre todos os sujeitos, nem provam a estrutura ontológica proposta. O conceito ilumina, mas também pode exceder aquilo que os dados demonstram.

O cuidado metodológico não enfraquece o argumento. Ao contrário: ***impede que a crítica da exposição se converta ela própria em exposição totalizante, na qual cada fenômeno é forçado a confirmar uma única chave interpretativa.*** Se a modernidade pornográfica se caracteriza pela redução da diferença a uma superfície consumível, uma filosofia que absorve todas as experiências em seu conceito reproduz o gesto que pretende denunciar. A crítica precisa preservar aquilo que não consegue integrar. A interdisciplinaridade, entendida como ato criativo, não dissolve fronteiras para produzir uma síntese confortável, mas as torna permeáveis sem fingir que desapareceram. O encontro entre saberes é fecundo quando deixa um conflito aberto e a linguagem passa a ser uma disciplina que não coloniza a outra e o resultado não se apresenta como totalidade sem resto. A escrita filosófica, nesse caso, deve assumir o risco de pensar com materiais heterogêneos sem converter heterogeneidade em ornamento.

3. O LIMITE POLÍTICO DA LIBERDADE SEM ALTERIDADE

A crítica de Sade à moral estabelecida não deve ser neutralizada. Sua escrita força a perguntar se a moralidade pode funcionar como máscara de interesses, a ordem social acaba por proteger os corpos de modo desigual e a linguagem da virtude não encobre formas de violência. A transgressão pode revelar a arbitrariedade de normas que se apresentam como naturais. Mas essa potência crítica não torna a liberdade absoluta defensável. A denúncia da hipocrisia não concede licença para transformar o outro em matéria de satisfação. O limite político aparece quando a autonomia é pensada sem reciprocidade. Uma liberdade que não

reconhece a liberdade alheia é privilégio, não emancipação. O sujeito pode reivindicar a própria diferença, mas não pode exigir que a diferença do outro desapareça para que sua vontade se realize. A relação não é um obstáculo externo à liberdade; mas o campo em que a liberdade se torna concreta e precisa responder por seus efeitos: *"prejudicar nossos semelhantes jamais nos tornará felizes"* (SADE, 2001, p. 11).

A modernidade contemporânea apresenta uma versão menos explícita desse conflito. A liberdade de escolha é celebrada enquanto os sujeitos são submetidos a padrões de desempenho, consumo e visibilidade. O indivíduo é convidado a decidir, mas encontra suas escolhas organizadas por infraestruturas que modulam o que aparece, o que é valorizado e o que pode ser desejado. Não se trata de negar a agência individual, mas de reconhecer que a escolha não ocorre em um vazio social. A promessa de que cada um pode construir a si mesmo tende a ocultar a obrigação de permanecer construível, atualizável e avaliável. O eu torna-se projeto interminável e a identidade é tratada como tarefa; atenção, capital; corpo, investimento; relação, oportunidade de validação. O sujeito se converte em gestor de uma empresa cujo produto é sua própria existência. A autoexploração não exige um senhor visível porque o comando foi incorporado à ideia de liberdade. A consequência ética não é abandonar a autonomia, mas recusar sua versão proprietária. Ser livre não é dispor sem limite; mas poder agir sem transformar a existência alheia em simples condição de meu próprio desempenho. Essa formulação não oferece um código completo de conduta, mas impõe uma exigência de resposta: ***a liberdade deve ser julgada também pelo mundo que produz para aqueles sobre os quais incide.***

3.1. A resistência não pode ser um retorno ao segredo

Se a exposição total é problemática, seria suficiente recuperar o segredo, intimidade e a reserva? Não. O segredo pode proteger a vida, mas também a violência. O privado não é necessariamente espaço de liberdade; pode ser o lugar em que a dominação se torna invisível. A defesa da opacidade precisa evitar o gesto conservador que transforma a intimidade em território imune à crítica. A questão não é ocultar o corpo, mas impedir que ele

seja reduzido a objeto disponível ou silenciar a experiência, mas permitir que ela encontre formas de expressão que não se submetam integralmente à lógica do espetáculo. A resistência, por isso, não se resume a um gesto individual de desconexão. Pode envolver práticas de atenção, mas também condições materiais: ***tempo não colonizado pelo trabalho, espaços de convivência não organizados exclusivamente pelo consumo, instituições capazes de proteger a intimidade e formas de comunicação que não convertam toda interação em dado.*** Sem essas condições, o apelo à demora corre o risco de se tornar privilégio de quem já pode se retirar.

No plano da experiência, resistir pode significar sustentar uma conversa que não precisa ser registrada, uma leitura que não se transforma imediatamente em opinião pública, uma relação que não se mede por sua visibilidade, um silêncio que não é punição. Tais práticas são pequenas, mas não insignificantes. Elas suspendem a obrigação de produzir evidência. Permitem que algo aconteça sem que precise ser imediatamente traduzido em imagem, desempenho ou valor. No plano político, porém, a resistência exige mais do que a celebração de experiências privadas. A estrutura que captura atenção e transforma visibilidade em moeda não será desfeita apenas por escolhas de consumo. É necessário interrogar a organização econômica e técnica que lucra com a circulação permanente, bem como os regimes de reconhecimento que fazem da exposição uma condição de pertencimento. A crítica filosófica não substitui essa disputa, mas pode tornar visível sua forma. A resistência é, portanto, ambivalente. Ela precisa aparecer para contestar a injustiça e preservar zonas de não exposição para que a vida não se esgote em sua representação. Não há fórmula que elimine essa tensão. A tarefa consiste em impedir que um dos polos se torne absoluto: nem invisibilidade, transparência, segredo, exposição, imposta, obrigatória; segredo, exposição como imunidade e destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sade não oferece uma imagem simples da modernidade, mas uma experiência-limite de sua promessa de liberdade. Seu libertino leva a autonomia até o ponto em que ela revela

sua contradição: ***para ser absoluta, precisa abolir a autonomia alheia.*** O outro é indispensável ao prazer e, ao mesmo tempo, precisa ser desfeito como sujeito. A satisfação total exige a destruição de sua própria condição. O desejo absoluto não se realiza; reproduz a necessidade de continuar tentando. A modernidade tardia desloca essa impossibilidade. A exigência de exposição, desempenho e validação converte a falta em déficit administrável e a satisfação em tarefa sem conclusão. O sujeito é convocado a desejar e a demonstrar o desejo, a viver e a produzir a imagem da vida, relacionar-se e a tornar a relação legível. A lógica sadiana não reaparece como identidade histórica ou equivalência moral, mas como estrutura de uma liberdade que tende a confundir potência com disponibilidade. A modernidade pornográfica nomeia essa forma de organização da experiência: ***a redução da distância, da opacidade e da demora em favor de uma presença imediatamente consumível.*** A crise da atenção não é apenas uma perturbação cognitiva; mas é uma crise da relação.

Quando o mundo se apresenta como fluxo de estímulos, o sujeito pode perder a capacidade de permanecer diante do que não se oferece como resposta rápida. Quando o outro é convertido em imagem, a relação cede à gestão da própria aparência. A ausência surge como limite, não como salvação. Ela recorda que o outro não se esgota no que mostra, mas que a atenção precisa de intervalo e a liberdade não pode exigir a transparência integral do mundo. Mas, essa ausência deve ser distinguida do apagamento político e do silêncio imposto. A justiça pode exigir exposição; a alteridade exige que a exposição não se converta em apropriação. O problema não se resolve pela escolha de um princípio único, mas pela vigilância sobre as condições concretas de aparecer, falar, retirar-se e ser reconhecido.

A tese inicial precisa, enfim, ser reformulada. A modernidade não apenas transforma a impossibilidade do desejo absoluto em mecanismo de reprodução; ela faz da própria liberdade um dispositivo de autoexposição e autoexploração e ao mesmo tempo oferece a cada sujeito a promessa de soberania. A crítica não pode, portanto, limitar-se a denunciar o excesso de prazer ou de imagens, mas perguntar por que a liberdade precisa provar-se continuamente e por que o reconhecimento depende tantas vezes de tornar a vida disponível. Talvez a liberdade comece quando o desejo deixa de exigir que o mundo seja inteiramente acessível. Não quando renuncia ao outro, mas admitindo que o outro não existe para completar,

confirmar ou servir ao eu. Essa admissão não elimina o conflito, mas torna-o possível sem convertê-lo em domínio. Contra a satisfação que precisa repetir-se nunca se alcança o absoluto, restando a tarefa mais difícil: ***sustentar uma relação cujo valor não dependa de consumir aquilo que a torna possível.***

REFERÊNCIAS

MORAES, Eliane Robert. *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

MORAES, Eliane Robert. *Marquês de Sade: um libertino no salão dos filósofos*. São Paulo: Educ, 1992.

MORAES, Eliane Robert. *Sade: a felicidade libertina*. São Paulo: Imago, 1994. Reeditado pela Iluminuras em 2015.

SADE, Marquês de. *Diálogo entre um padre e um moribundo e outras diatribes e blasfêmias*. Organização e apresentação de Contador Borges. Tradução de Alain François e Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SADE, Marquês de. *História secreta de Isabel de Baviera*. [S. l.]: LibrosEnRed, 2006. (Coleção Literatura Erótica).

SADE, Marquês de. *O estratagema do amor*. [S. l.]: Le Livre de Poche, 2003.